

Uma carta para Radmila

Estimada Radmila Zygouris,

Faz sol, é o dia mais quente dos últimos quatro anos na cidade que tem o nome de Rio (de Janeiro), mas que é feita de mar e montanhas. Enquanto corpos à mostra espalham-se pelas praias, me refugio em um cômodo com ar-condicionado para escrever uma carta para uma senhora de 90 anos que viveu a maior parte de sua vida na França. Não que escrever não seja também estar com o corpo à mostra, o que me espanta é como, pelas palavras compartilhadas, experimentamos uma espécie de vínculo (quase) inédito entre territórios tão distantes. Pensando bem, talvez não sejam tão distantes assim, uma vez que você nasceu na antiga Iugoslávia, a desigualdade e a guerra cotidiana não lhe devem ser totalmente desconhecidas. É provável que tenha notícias de algumas de suas particularidades no sul global, já que viveu parte da adolescência na Argentina. Fico me perguntando o quanto da sensação de proximidade entre nós tem a ver com essas experiências, ou seja, com o fato de você ter nascido em um país mosaico, unificado e depois desmontado por meio da guerra, além de ter vivenciado um dos epicentros da psicanálise. Não convém acreditar demais nessa explicação, nunca saberemos. O fato é que, além do gênero e da cor, compartilhamos o ofício de psicanalista – conjuntura que por si só não nos confere uma identidade (ainda bem).

Ademais, temos em comum algo explosivo, concordamos que “a psicanálise é como dinamite (...). Trabalhamos não apenas com palavras, mas com nossos corpos, nossa libido, nossas histórias, nossas geografias secretas” (ZYGOURIS, 1999, p. 89). Ora, se quando me refiro ao território não remeto a uma dimensão exclusivamente geográfica (aliás, isso existe?), é importante lembrar que nossos corpos, moldados pela experiência no mundo, são parte constitutiva do território. Acho que é a geografia secreta que nos une – um pouco por pretensão da minha parte, mas também por aquele desejo de dar forma à experiência sensível do pensamento que só pode acontecer no encontro de dois corpos, isso que você chamou de espaço psíquico compartilhado.

É ao mesmo tempo um alívio e um espanto encontrar ressonâncias para o que experimentamos nessa travessia errática, que beira à loucura, chamada de experiência analítica.

Quem sabe o ensejo de escrever uma carta e não um artigo científico sobre sua obra tenha vindo como uma das tentativas de se deslocar da ilusão dos mestres. Não sei se foi você quem disse ou se eu inventei, mas penso que o saber é roubado, nunca outorgado (SELAIBE & SCHNEIDERMAN, 1996). Apesar do tom prescritivo, gosto de quando você diz que “para se tornar analista é preciso saber rir, ser ousado, não temer a solidão, aceitar a orfandade, ter humor, e aceitar mestres cujo inconsciente é sem fundo, e que, no melhor dos casos, são crianças talentosas que escaparam por pouco à loucura de suas famílias.” (2012, p. 64). Talvez já soubesse disso antes – você estava certa quando disse que nossos verdadeiros professores são alguns de nossos pacientes difíceis (com 13 anos de clínica e 36 de idade – cometi igualmente a delinquência de começar cedo).

Freud comparava o inconsciente ao edifício e a teoria ao andaime que permite se aproximar do edifício – é preciso não tomar o andaime pelo edifício (FREUD, 1900 apud ZYGOURIS, 2012). Talvez, mais do que nos andaimes ou mesmo nos edifícios, nos encontramos no ritmo em que nossos corpos tentam transitar de um a outro. Como você, não acredito em teoria que não seja regional, isso é, parcial. Seus fragmentos clínicos me ensinam muito pouco sobre os andaimes, mas me fazem menos solitária na travessia. Procuo levá-la a sério até onde se pode levar as coisas a sério e a franqueza com que profere palavras, longe da pretensão de construir um elegante aparato teórico que escamoteia os inevitáveis fracassos, torna possível lembrar que “existem várias gerações de analistas que avançaram, fracassaram e tiveram êxitos – não é um percurso de todo cumulativo, porém não é preciso começar tudo do zero.” (SELAIBE & SCHNEIDERMAN, 1996, p. 34).

Esse trecho está em uma série de entrevistas que você concedeu a uma instituição de psicanálise em São Paulo e me pergunto se conhece o Rio de Janeiro – além de muito mais bonito, os contornos montanhosos condensam geografia e história em um retrato de certo Brasil: prédios pomposos de frente para o mar e de costas para as favelas. No final de algumas conferências também

na cidade vizinha, você fala que relatar fragmentos de cura simultaneamente a torna uma passadora inconsciente de uma narrativa mítica (2011). Quando escrevemos sobre a experiência analítica sem a pretensão de ser ou seguir “fundadores de sistemas”, somos, apesar de nós mesmas, transmissoras “de uma versão obscura e desconhecida de um fragmento de mito do século XXI.” (*Idem*, p. 74).

Acho que aos poucos, pensando com suas ideias, vou conseguindo expressar melhor o porquê desta carta: algo da versão desconhecida do mito do século XXI nos é comum. Talvez só possa falar dessas semelhanças (e diferenças) no plano da “narradora consciente”, mas gostaria de outra coisa, de escrever como um exercício de criação desse espaço compartilhado, uma aposta. Talvez essa carta te encontre de fato, talvez a escrita por si só já me auxilie na tarefa de pensar e transmitir algumas versões do mito no século XXI no contexto brasileiro. De toda forma, em ambos os caminhos, somos parceiras nessa travessia.

Faz pouco tempo que, no Brasil, alguns psicanalistas olharam para as cadeiras de suas instituições e se deram conta de que não havia pessoas negras. Também não era possível encontrá-las nas referências bibliográficas, apesar de uma vasta e interessante obra de mulheres negras intelectuais no Brasil que eu te convido a ler. Se é preciso um ponto de partida, comece na psicanálise com Lélia Gonzalez e Neusa Santos Souza e se deixe levar pela companhia de tantas outras em diferentes campos cuja vitalidade, para lembrar de Conceição Evaristo, deixam entremeadas escrita e vivência. Ora, em um país no qual a maioria se declara negra ou parda, com a brancura das instituições de psicanálise, era possível imaginar que se estava na Paris de meados do século XX – até os trajés eram caricaturalmente semelhantes. É evidente que a percepção da cor (e da classe) das instituições não foi fruto de uma mudança repentina que, subitamente, deixou à mostra algo que era escondido justamente para perpetuar o *status quo*. Uma série de fatores, dentre eles a implementação de políticas públicas centradas em ações afirmativas para acesso à universidade pública, a chamada política de cotas, alavancou a possibilidade de participação ativa de pessoas negras e periféricas nos lugares que antes eram reservados à elite branca. Em outras palavras, não foi bem uma percepção dos analistas sobre a

brancura e o elitismo da psicanálise brasileira, mas um exercício de sobrevivência diante de vozes que ao mesmo tempo apostavam na experiência analítica e denunciavam a exclusão e o silenciamento produzido pela própria psicanálise e suas instituições.

Acredito não ser preciso retomar algumas versões da história da psicanálise no Brasil para ratificar esses apontamentos, basta dizer que uma de suas vias de recepção no início do século XX consiste em médicos que trabalhavam para transformar a “pequena África das Américas” em um país civilizado nos moldes europeus – uma vocação, portanto, colonialista. Do Id primitivo ao ego civilizado (CASTRO, 2015). As instituições de psicanálise propriamente ditas começaram a ser legitimadas pela IPA apenas anos mais tarde, após o envio de analistas didatas imbuídos da missão de formar psicanalistas em terras brasileiras.

O tempo foi passando e, por motivos variados e alguns desconhecidos, a psicanálise foi se imiscuindo por diferentes cantos do nosso país. A inserção de psicanalistas no Sistema Único de Saúde (SUS) a partir de 1988, universal, público e gratuito, e também nas universidades públicas fez do Brasil um país no qual a expressão corriqueira “Freud explica” convive com termos psicanalíticos espalhados pela música popular – no funk carioca, o convite é “sem neurose” para “o recalque passar longe”. As instituições psicanalíticas, por sua vez, em sua maioria, permaneceram ligadas ao projeto colonialista da recepção da psicanálise no Brasil – o povo entra nas clínicas sociais (caso se comporte direitinho), mas jamais nas salas de aula. Bom, você já disse em outra ocasião que “é de notoriedade pública que o pior inimigo da psicanálise é a burocracia de suas instituições. Além do medo de passar por gente pouco séria, existe a angústia de dever reconhecer que a transmissão se faz pelas vias do amor.” (ZYGOURIS, 2012, p. 34).

Apesar de não ter quarenta anos de clínica como quando você proferiu essas palavras, eu também não consigo mais abordar certos temas com muita seriedade. Se eu tivesse deixado de rir, já estaria morta. E é com humor que é preciso perceber esse despertar dos psicanalistas brasileiros em relação ao isolamento do próprio território e, lembremos, de seus próprios corpos. Aqui, o conflito foi isolado ao plano das ideias (e do poder), na disputa entre as escolas e instituições pela verdadeira psicanálise, o que mantinha muitos de nós entretidos sem olhar para os lados.

O esforço para correr atrás do prejuízo de anos mimetizando o pensamento europeu e sobretudo o pensamento dos mestres não veio sem consequências. Alguns, desesperados, apressaram-se para acolher psicanalistas negros, outros se debateram contra as represálias diante de posturas racistas engessadas. Há aqueles que, em uma ligação espúria entre a universidade e os mestres, manipularam concursos públicos em troca de favores que limpariam as acusações racistas – são as novas versões da princesa Isabel que, no final das contas, deu liberdade aos brancos.

Acredito que talvez você possa alcançar algo do que estou dizendo. Foi lendo um texto seu que encontrei ressonâncias para o olhar debochado diante das pompas das instituições e para a denúncia das consequências de uma ligação perversa entre desejo e dinheiro. Ora, aqui no Brasil fica muito evidente que o recorte racial é também um recorte de classe e, em relação a esta, lamento que muitos psicanalistas brasileiros não tenham se atido à sua advertência:

Um certo discurso da psicanálise reproduz de maneira caricatural o próprio paradigma do liberalismo econômico mais selvagem, ao ligar de modo ‘orgânico e causal’ desejo e dinheiro. Tal paradigma impede que o pensamento se torne criador de outras modalidades e outros dispositivos. Ou a psicanálise, isto é, os psicanalistas encontram uma outra forma de pensar o dinheiro na psicanálise, atribuindo um outro lugar a essas interrogações em seu discurso oficial, ou ela corre o risco de se tornar uma atividade de luxo para pessoas que não necessitam verdadeiramente dela. (ZYGOURIS, 2011, p. 33)

Bom, foi um pouco isso que aconteceu. O fato é que o movimento de democratizar a psicanálise no Brasil, repensando suas origens coloniais, racistas e elitistas, além de muitas cenas trágico-cômicas, parece também ter engendrado alguns deslocamentos que talvez você possa se interessar.

Lembro do sorriso que se esboçou nos meus lábios quando li sua resposta sobre qual escola de psicanálise se afiliava: “Pois bem, diga a eles que venho da escola da rua!”. (ZYGOURIS, 2021, p.23) Há anos que improviso saídas criativas para essa pergunta,

mas tenho a impressão de que acabo sendo considerada eclética ou rasa. Pouco importa. O que interessa é que o movimento de olhar para o lado levou também os psicanalistas à rua. Acho que você irá gostar de saber disso, já que faz questão de lembrar sua “forte ligação com esse lugar coletivo, no qual circula um saber diferente daquele dispensado pela instituição. Algo exterior à proteção das famílias, naturais e analíticas. O para além do Édipo.” (ZYGOURIS, 2021, p. 23) Teríamos muito o que trocar sobre as ruas, a cultura brasileira as torna um lugar encantando, território habitado por diferentes seres e rituais. Hoje mesmo, algumas semanas antes da data oficial do Carnaval, muitas pessoas fantasiadas circulavam pelos becos e vielas cantando e dançando desde os primeiros raios de sol. Essa conversa poderia se prolongar em várias direções, imagino que você não conheça as religiões afro-brasileiras (como o Candomblé e a Umbanda) nas quais o chamado “povo da rua” tem grande relevância. Uma das entidades (denominadas orixás), que faz uma espécie de trânsito entre os mundos, é justamente o Exu, senhor das encruzilhadas. Adoraria que essa conversa tivesse acontecido em uma caminhada pelas ruas do centro do Rio de Janeiro, certamente, ela se prolongaria bastante e talvez acabássemos nos ensaios técnicos das escolas de samba. Mas, para não pensarem que estou perdendo a psicanálise de vista (eu, por outro lado, acho que essa discussão é indispensável para a psicanálise), voltemos ao movimento de formação de coletivos de psicanálise (pública e gratuita), sobretudo, nas ruas de diferentes regiões do Brasil.

É importante destacar que a particularidade desses movimentos não consiste no caráter de clínica popular ou social, como curiosamente chamamos aqui muitas das práticas que se fazem sem a mediação do dinheiro. Você nos lembra que o próprio Freud admite a possibilidade de uma clínica que não seja mediada pelo dinheiro – aliás, as histórias de sua experiência de clínica gratuita são superinteressantes. E, ora, só quem não consegue habitar sequer seu próprio território pode conceber a ideia de que haja uma clínica que não seja social. Aqui, no Brasil, essa discussão se ampliou, sobretudo, a partir do campo da Saúde Pública. Acho que concordamos quanto ao fato de que o dinheiro fala talvez muito mais da ordem capitalista, na qual se encontra inserida a psicanálise, do que de uma prática clínica no que lhe constitui como clínica psicanalítica.

Com alguma inspiração na narrativa sobre as clínicas públicas na Europa do século XX, a concepção desses coletivos não coincide com a discussão sobre a psicanálise em extensão ou a prática de uma psicanálise extramuros. A aposta reside numa política horizontal, mas não sem diferenças, na qual a transmissão da psicanálise, em rodas de estudos e também nas ruas, não é propriedade apenas de uma espécie de analista didata ou de algum correlato institucional. A palavra coletivo aqui não é mero detalhe e nem significa um agrupamento de pessoas, mas se refere à circulação e ao atravessamento de corpos pelas ruas. Não se trata de um coletivo que funciona como a noção de uma junta médica, na qual diferentes profissionais se reúnem para propor alternativas. Me parece que você frequentemente lembra que é preciso brincar na e com a psicanálise, mas que também precisamos renunciar a algumas brincadeiras: “É o novo consiste também, se aceitarmos abrir mão de brincar de médico, em deixar de pensar que o caso é o outro.” (ZYGOURIS, 2011, p. 52).

É nesse sentido que a psicanálise nas ruas nos lembra que, além do caso não ser o outro, nós também somos muitos e estamos no mundo. O corpo coletivo que se reúne para conversar sobre psicanálise e oferecer atendimentos públicos e gratuitos opera, por vezes, uma desidentificação da psicanálise com aquilo que ainda hoje circula como uma cláusula pétrea, a unidade do analista na figura de um mesmo indivíduo. Os analisandos, que acessam os locais de tratamento sem hora marcada, são recebidos durante o período estipulado, por diferentes membros do coletivo. Aqui, a rua e a psicanálise se encontram no sentido da radicalidade disso que você mesma chamou de espaço do entre. Ou seja, trata-se do modo pelo qual a clínica feita com a rua se estabelece na relação entre as diferentes pessoas do coletivo sem se reduzir a nenhuma delas, nem mesmo à soma delas. O analista coletivo surge com a própria prática clínica, assim como o chamado “caso clínico” é construído pelo coletivo.

Dessa forma, a ruptura que alguns coletivos propõem é com aquilo que é a base para o próprio capitalismo, a noção de indivíduo. Nessa perspectiva, a aposta é que podemos ampliar a psicanálise na mesma medida em que podemos romper com aquilo que é obstáculo para uma clínica em cujo centro não haja mais a ideia de que o analista só pode ser um indivíduo e de preferência o mesmo

indivíduo – ainda que às vezes ele venha disfarçado de semblante de objeto a. O coletivo é também o território, a praça, os transeuntes, os bichos, as sirenes, a chuva – lembro-me com alegria quando encontrei algumas de suas considerações sobre o tempo e o espaço: “Tudo aquilo que diz respeito à relação com o outro como semelhante, bem antes que o outro se constitua como diferente, está ligado ao ambiente espacial, na maioria das vezes humanos, mas também não humano.” ((ZYGOURIS, 1999, p. 183).

Não quero continuar a narrativa em um tom apaixonado sobre os coletivos, não acho que eles sejam uma tábua de salvação. Fico me perguntando se sua afirmação sobre o fato de que “a passagem do singular ao coletivo, do ‘eu’ ao ‘nós’, é a passagem de uma impotência pessoal a uma impotência grupal.” (*Ibidem*, p. 211) se aplica somente às massas tão bem circunscritas pela psicanálise ou se seria verdadeiro para outras formas de construção do coletivo. Não sei, mas tendo a achar que diz respeito, sobretudo, às massas que ganharam corpo na Europa do século XX – esses fenômenos que a psicanálise tão bem desvelou e paradoxalmente reproduziu em suas próprias escolas. De toda forma, acho importante estar atenta ao fato de que “a restauração do eu se faz pela exclusão do objeto, permitindo à imagem reconstruir-se em sua homogeneidade. A restauração do ‘nós’ se faz da mesma forma: a exclusão do corpo estrangeiro é o seu preço”. (*Ibidem*, p. 211). É justamente nesse sentido que eu e Érico Andrade (KLEIN & ANDRADE, 2025) sustentamos que a psicanálise no Brasil aponta para a experiência de uma psicanálise não identitária. Não porque ela sustente um universal, mas porque ela justamente faz entrever a impossibilidade de considerar a universalidade sem se ater ao território.

É nesse contexto que acho que você poderia se interessar pela experiência dos coletivos de psicanálise gratuita em espaços públicos no Brasil, porque acho que isso revela aspectos interessantes sobre a experiência analítica, alguns dos quais você já denunciou em seus trabalhos, ainda que em um contexto tão diferente. Ou seja, esse movimento nos faz entrar em contato com questões que as paredes do consultório e a transmissão pelas instituições tentam esconder, mas que não passam despercebidas para um psicanalista da escola da rua. Ora, você já nos disse que “A rua é a metáfora onde se mistura o político e

o sexual, onde as pulsões são solicitadas e se lançam numa desordem amorosa, de uma espécie não repertoriada pelo discurso familiar e psicanalítico” (ZYGOURIS, 2012, p. 69).

O primeiro aspecto dessa experiência que gostaria de destacar é o fato incontornável de que o psicanalista está no mundo e é permeado por ele – todo o papo sobre a neutralidade, não importa o quão sofisticado teoricamente, cai por terra. O consultório, muitas vezes, pode sustentar uma divisão entre o público e o privado, individual e coletivo, e fazer esquecer que somos sempre muitos – ora, lógica semelhante àquela dos que continuam centrados em seus mestres. Estamos de acordo quando você lembra que “o inconsciente é nosso corpo que carrega todas suas potencialidades, inclusive a linguagem. Nosso corpo na rua é seu navio fantasma. O inconsciente não é, portanto, um negócio estritamente doméstico.” (*Ibidem*, p. 54). É nesse ponto que a imagem engessada das paredes do consultório e dos mestres perde força, afinal “na rua nós nos reunimos, ficamos juntos, e isso pode produzir efeitos que não podem ser excluídos do discurso da psicanálise.” (*Ibidem*). A experiência dos coletivos no Brasil me provoca menos no sentido de levar a psicanálise à rua (afinal, de qual psicanálise estamos falando?) e mais no sentido de levar a rua para o consultório.

Adoraria ouvi-la sobre isso tudo e imagino que você colocaria boas questões para pensarmos. De toda forma, vou adiantar algumas de minhas indagações (que não são poucas). Nesse ponto, me lembro de suas palavras alertando que cabe tanto aos que ensinam quanto aos que são ensinados permanecer atentos às zonas mudas dos discursos ensinados: “os eruditos podem ou não se ocupar disso, mas os analistas não podem se permitir tais ingenuidades, pois são seus pacientes e seus estudantes que acabam pagando o preço.” (*Ibidem*, p. 64). Não me ocupa, no entanto, a pergunta se isso que fazemos é, ou não, psicanálise – além de concordar com você sobre a impossibilidade de sustentar *uma* psicanálise, também acredito que “a psicanálise não existe fora do exercício da psicanálise. Não existe análise senão aquela que está sendo feita. A psicanálise está sempre se fazendo, é uma prática em ato.” (*Idem*, 2011, p. 28).

Me pego pensando sobre uma espécie de antecipação cronológica em relação aos questionamentos sobre a formação teórica,

técnica analítica, análise pessoal e supervisão – será que aqueles que estão em seus primeiros contatos com a psicanálise poderiam já partir desse ponto? Às vezes, percebo que muitos deles têm boas críticas, mas não sabem exatamente o que estão criticando. Também me sinto contraditória quando penso que o analista deve ser culto sem ao mesmo tempo ter crença cega nos textos – a cultura, além da poesia e da literatura que você menciona, engloba toda uma gama de saberes e cosmologias que foram colocados sob o guarda-chuva da “cultura popular”. Não acredito em um psicanalista que não saiba dançar – talvez esteja sendo prescritiva demais, quem sabe? De toda forma, é também nessa direção que acho que precisamos avançar, mais especificamente, no que concerne a revisitar a própria metapsicologia a partir dessa experiência. Se repensamos nossa clínica e continuamos com o mesmo andaime, estamos bem distantes dos prédios e mais longe ainda das ruas.

É justamente por isso que acho que é preciso uma maior amplitude de debate em relação a essas questões, lembro-me quando você diz que:

A psicanálise não tem como sobreviver se ficar alojada nas narrativas dos mitos antigos. Fabricam-se narrativas todos os dias e algumas acabam transcendendo os fatos históricos e se tornam mitos fundadores. Acabam, assim, entrando nas universidades e passam a ser ensinados nos livros; mas depois tudo recomeça, porque os livros estão sempre atrasados para descrever o impacto do Real sobre o vivente. Ora, é justamente nesse ponto de intersecção do social e do privado, do político e do sexual, que o ensino da psicanálise se depara com dificuldades evidentes.” (ZYGOURIS, 2012, p. 67)

Nas intersecções entre social, privado, político, público, sujeito e coletivo, além de avanços importantes, nos deparamos também com discussões superficiais (sustentadas por oportunistas que surfam na onda dos temas quentes) e com posturas reacionárias que tentam manter o lugar de prestígio de suas antigas práticas e discursos. Por aqui, assim como por aí, a psicanálise às vezes parece “(...) um grande corpo doente que demanda cuidados

intensivos, portanto, uma obediência absoluta.” (ZYGOURIS, p. 12) Ora, aprendemos com Freud que, presos em nossos narcisismos, é preciso amar para não adoecer.

No início desta carta, afirmei que tínhamos em comum algo explosivo, mas acho que esse algo não é muito diferente do amor – concordamos em relação à ideia de que o que cura é, antes de tudo, o vínculo. A experiência analítica coletiva evidencia que esse amor não é entre dois, ou seja, parece estar distante do amor romântico – foi algo nesse sentido que Rísia me ensinou.

Ela procurou o Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM), pois relatava ouvir vozes que se manifestavam de forma imperativa e intrusiva, proferindo palavras de ordem sobre suicídio e assassinato do marido e da enteada, grávida de 7 meses. Era uma queixa interessante já que a instituição, parte da rede pública de assistência social, recebia, sobretudo, mulheres vítimas de violência – Rísia foi até o CEAM para contar que as vozes que a habitavam eram violentas. Eu não atendi Rísia, acho que a vi apenas uma vez por uma coincidência de horários. É curioso que queira compartilhar com você o relato de uma experiência que não foi centralizada na minha figura, talvez seja justamente porque ele me faz pensar nas múltiplas vozes que compõem a experiência analítica.

Para se proteger da violência que insistia em falar na sua cabeça, Rísia permanecia a maior parte do dia agachada em um canto de seu quarto. Quando se deslocava pelo resto da casa, lavava roupas recém-lavadas, fazia faxina inúmeras vezes ao dia, utilizando produtos químicos extremamente fortes que a deixavam “sem ar”. No jardim, deixava as plantas secarem até quase morrerem para então retomar o cuidado.

Rísia foi recebida na clínica escola da Universidade Federal Fluminense, no campus que fica em uma cidade do interior do estado do Rio de Janeiro. Nessa instituição, as entrevistas são realizadas por duplas de estagiárias e avisamos desde o princípio que, após certo período, os atendimentos continuarão com apenas uma delas. Já nas primeiras entrevistas com as duas estagiárias, Rísia transbordava, o espaço era preenchido pela enxurrada de episódios, guardados por toda a vida. Foi necessário o dobro do tempo previsto. A narrativa, no entanto, era permeada por uma estranha uniformidade e apatia: ela mantinha pouco contato

visual, realizava movimentos repetitivos com os dedos e seu corpo encolhia-se em um lado do sofá com a bolsa retida sob o colo – “só queria um colo de mãe”.

O medo da morte de seu atual marido foi o ponto de partida para o relato de outras mortes, sobretudo a de sua segunda filha, assassinada com dois dias de vida pela agressão do companheiro anterior que provocou seu nascimento prematuro. Vale ressaltar que a sua primeira filha, após o diagnóstico recebido por Rísia de depressão pós-parto, foi retirada de seus cuidados e convívio. Sem expressão afetiva no rosto, Rísia conta que escondia as marcas da violência física com maquiagem e chegava a se urinar de medo das agressões. Foi, no entanto, somente alguns anos após os episódios de violência cessarem que, em outra cidade, pôde esboçar um espaço, ainda frágil, para relatar esses fatos.

O protocolo institucional de mudança de estagiários frequentemente causa ruídos e com Rísia não foi diferente: a iminência da saída de uma das estagiárias foi experimentada tanto por ela quanto pelas estagiárias como uma morte em latência, uma retirada de um pequeno espaço que estava começando a ser conquistado para além do canto das paredes de seu quarto. “Por que não posso ficar com as duas?”, Rísia perguntava em meio ao choro. As estagiárias, por sua vez, recorriam à equipe de pesquisa e supervisão temendo os efeitos da nova configuração, desejando também não se separar para preservá-la de mais uma perda.

Lembro-me vivamente das lágrimas percorrendo os rostos das estagiárias quando sustentei a importância de Rísia continuar apenas com uma delas – era uma aposta de que a perda não é a morte. A quantidade de atendimentos semanais foi dobrada na tentativa de estabelecer um ritmo que pudesse marcar a continuidade e a diferença – também encaminhamos a Rísia para outras instituições de saúde, formando uma rede de profissionais ao seu redor. Tratava-se de um rearranjo e não de uma morte.

Rísia e a equipe sobreviveram à saída de uma das estagiárias – a morte habitou o espaço-tempo em outras dimensões. Por vezes, Rísia era agressora, por outras, vítima; Rísia pôde começar a ser. Em seus sonhos, ensaiou matar o companheiro, a enteada, a mãe e, por fim, a própria analista – sobrevivemos. As vezes que a invadiam ganham um nome, parte de seu próprio, e aos poucos permitiram o esboço de um diálogo entre Rísia, sua analista e as

outras profissionais da rede. O estranhamento esboçava novos contornos e outros tempos – não reconhecia sua imagem nas fotos antigas, mas se lembrava de que, como mulher negra, as situações de violência não começaram com seu antigo companheiro. A posição quase fetal do canto da parede de seu quarto foi transposta para o espaço de atendimento: com voz de menina, narrou uma violência racial sofrida por sua mãe. Rísia é uma criança que assiste, experimenta e perpetua a violência transmitida entre gerações. “Shiuuu, sou pequenininha, ninguém me ajuda, eu caio muito e faz dodói, ninguém pode me ajudar, a moça bateu na minha mamãe”.

Criança, algumas vezes, chupava os dedos, outras, descrevia cenas terríveis que lhe vinham à cabeça quando se dava conta do nascimento iminente da filha de sua enteada. O coletivo viabilizava, para parafrasear Winnicott (1978), construir a possibilidade de experimentar a destruição sem desesperança. E o coletivo aqui incluía o território e suas dimensões humanas e não humanas: as plantas do quintal da instituição eram observadas cuidadosamente por Rísia. Certo dia, ela pediu para que a estagiária lhe desse uma planta de presente para que pudesse cuidar. Após uma longa conversa com a equipe e, surpreendentemente de forma espontânea, a estagiária tomou a iniciativa de presentear-lá. Esperança foi o nome escolhido por Rísia para a planta que ficaria sob seus cuidados: “obrigada pela esperança”, vocifera pelos corredores.

Rísia levava a esperança, o que permitiu a aposta no vínculo coletivo diante de mais uma separação (aqui, já não experimentamos a morte): como se trata de uma clínica escola, a estagiária deveria sair do dispositivo ao final do curso de graduação. Após alguns encontros com as duas estagiárias e a mudança definitiva, Rísia passou alguns meses comparecendo de forma intermitente e, quando presente, criticava agressivamente a nova estagiária. Durante esse período, produzimos textos, compartilhamos nossa experiência com outros grupos de pesquisa – a impressão é a de que sua sobrevivência estava sendo assegurada por esses movimentos. Rísia retorna quando a filha da enteada nasce e, ao contrário das violências imaginadas (que também preocupavam a equipe), passou a cuidar da criança, uma nova Aurora.

Hoje, Rísia continua na equipe de estágio, ainda que a equipe seja completamente outra – a equipe e Rísia. Trabalhando em

tempo integral, quando consegue comparecer presencialmente, a maquiagem não é usada para esconder hematomas – Rísia se veste com turbantes e grandes brincos. Frequentemente, ela demanda que a sessão seja online, já que não tem muito tempo entre o trabalho e os cuidados com a filha da enteada. Pela terceira vez, a pessoa que a atende será substituída – convidamos Rísia a continuar caso ela queira.

É por essas e outras, estimada Sra. Zygouris, que termino esta carta discordando de você – é verdade que “a instituição só é aceitável se a considerarmos como uma rua um tanto estreita.” (ZYGOURIS, p. 56), mas não acredito que isso seja “porque, em seu consultório, em sua prática, o analista está tão sozinho quanto o goleiro na hora do pênalti.” (*Ibidem*) Ora, daqui do país do futebol, é preciso te dizer que nunca se está sozinho, nem na hora do pênalti.

Espero que esta carta possa te tocar como a mim me tocou a leitura de seus textos e o próprio fato de tê-la como interlocutora. Este diálogo continuará nas cartas que ainda trocaremos no caminho, afinal, como a vida, “a psicanálise não pode ser nada além de uma longa viagem. A destinação (como destino) importa menos que as paisagens percorridas” (*Ibidem*, p. 70). Lamento que, provavelmente, você nunca tenha ouvido falar de Ogum, o orixá das guerras e das estradas. Ogum nos ensina que a travessia não mora na fuga apressada do vazio nem na ambição da conquista (a primeira é jornada natimorta, e a segunda, não mais). A travessia está nas batalhas. E nessa viagem diminuta, um dos segredos é a companhia.

Com afeto,
Thais Klein
fevereiro de 2025.

Referências

- CASTRO, R. *A sublimação do id primitivo em ego civilizado: o projeto dos psiquiatras-psicanalistas para civilizar o país*, 1926-1944. Jundiá: Paco, 2015.
- KLEIN, T., & ANDRADE, E. (2025). *Cartas ao velho analista. A experiência de uma psicanálise não identitária*. São Paulo: N-1.
- SELAIBE, M., & CHNAIDERMAN, M. (1996). Radmila Zygouris: Uma

geografia peculiar. In.: *Percurso*, 9(16), 98–109. Recuperado de <https://percurso.openjournalsolutions.com.br/index.php/ojs/article/view/547>. Acesso em: 22 de setembro de 2025.

WINNICOTT, D. W. *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

ZYGOURIS, R. *Ah! As belas lições!*. São Paulo: Escuta, 1999.

_____, **R.** *Psicanálise e Psicoterapia*. São Paulo: Via Lettera, 2011.

_____, **R.** A escola da rua. In.: *Revista Vórtice de Psicanálise*, São Paulo, 2012.

Disponível em: <<http://www.revistavortice.com.br/2017/08/transmissao-escola-da-rua-radmila.html?m=1>>. Acesso em: 22 de setembro de 2025.